

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

JAMILLE COELHO DA SILVA

ONGs E SUAS PARCERIAS: RELAÇÕES E INFLUÊNCIAS

FORTALEZA

2012

JAMILLE COELHO DA SILVA

ONGs E SUAS PARCERIAS: RELAÇÕES E INFLUÊNCIAS

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração do Departamento de Administração da Universidade Federal Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Professor Ms. Carlos Manta Pinto de Araújo.

FORTALEZA

2012

JAMILLE COELHO DA SILVA

ONGs E SUAS PARCERIAS: RELAÇÕES E INFLUÊNCIAS

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração do Departamento de Administração da Universidade Federal Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovado em 27 de junho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Nota

Prof. Ms. Carlos Manta Pinto de Araújo (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Nota

Prof. Laudemiro Rabelo de Souza e Moraes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Nota

Profª Nancy Mathias
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À Deus, aquele que esta acima de tudo na minha vida e é a razão que me motiva a vencer. Ele é o autor e o consumidor da minha fé.

“A religião pura e imaculada para com nosso Deus e Pai é esta: visitar os órfãos e as viúvas nas suas aflições, e guardar-se incontaminado do mundo.”

Bíblia de referência Thompson - Carta de Tiago às doze tribos da Dispersão, Capítulo 1, Verso 27

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por estar sempre comigo e ter me concedido a graça de escrever este trabalho e conquistado mais esta vitória.

Agradeço a minha família: minha mãe Neuma, meu irmão Michel e especialmente a minha querida irmã Eliana, pois sem seu auxílio eu não teria conseguido. Temos sido mais que irmãs, mais que amigas, mais que parceiras. Obrigada!

Aos meus amigos de ministério de artes e de vida: Jane, Cristina, Marcela, Sarah, Rebecca, Jânio e Thiciana. A minha amiga Jaciara. Amo e torço por todos vocês como sei que estão sempre torcendo por mim.

A todos os amigos que fiz no decorrer do curso que compartilharam as alegrias e as conquistas de disciplina a disciplina. A amiga Maria Aparecida, Jaqueline, Lia, Karine, Emanuela, Marcus Vinícius, Arthur, João Paulo, José Danilo, Ítalo, Genilson, Alexandre Cristofer, Jamysson, Anderson e Alexandre Lima. O que posso dizer, vocês são inesquecíveis.

Ao Professor Orientador Ms. Carlos Manta Pinto de Araújo, pela compreensão, incentivo e dedicação despendida a este trabalho.

Aos Professores Laudemiro Rabelo de Souza e Moraes e Nancy Mathias pela disponibilidade em aceitarem compor a banca.

Agradeço a todos os(as) professores(as) do Curso de Administração, em especial ao Professor Everardo Sobreira. Por passarem não somente o conhecimento e sabedoria como também a satisfação em se fazer o que se gosta.

A todos colaboradores da FEAAC - UFC pela dedicação em possibilitar um satisfatório ambiente de aprendizagem.

A todos que trabalham no Reintegrar e que pela presteza no atendimento e disponibilidade para as entrevistas possibilitaram a coleta dos dados que foram fundamentais para este trabalho, em especial a Karla Juliana Melo e Elisângela Aguiar.

RESUMO

O presente estudo se constitui na análise sobre os tipos de parcerias realizadas pelas Organizações não governamentais (ONGs) e suas influências advindas desta relação. Nele se encontra o contexto histórico do surgimento das ONGs, conceitos que permeiam esses tipos de organizações, os aspectos legais vigentes que regem as organizações de terceiro setor, que inclui como foram relacionadas no Código Civil e a Lei 9.790/99, considerada a lei do terceiro setor. Contêm as relações entre ONGs e Governo, ONGs e empresas, e ONGs e congêneres. Também há reflexão sobre as influências desses relacionamentos institucionais para a estrutura organizacional das ONGs. Ao final expor-se-á um relato para exemplificar empiricamente as consequências das relações dentro de uma ONG específica: a ONG Reintegrar. As complexas redes de relacionamentos feitas por uma ONG traz alguns benefícios em termos de crescimento e melhoria na qualidade do atendimento de suas demandas sociais. Demonstrando-se o quão complexo é essa grande rede de relacionamentos.

Palavras-chave: ONGs; terceiro setor; parcerias institucionais; relacionamento; influência.

ABSTRACT

This study represents the analysis of the types of partnerships undertaken by Non-Governmental Organizations (NGOs) and their influences stemming from this relationship. It houses the historical context of the emergence of NGOs, concepts that permeate these types of organizations, legal aspects governing the existing third sector organizations, including how they were related to the Civil Code and the Law 9.790/99, considered the law of the sector. Contains relations between NGOs and Government, NGOs and companies, and NGOs and the like. There is also discussion on the influence of these institutional relationships to the organizational structure of NGOs expose the end will be a story to illustrate empirically the consequences of relations within a specific NGO: NGO to reintegrate. The complex networks of relationships made by an NGO brings some benefits in terms of growth and improvement in quality of care of their social demands. Demonstrating is how complex is this large network of relationships.

Keywords: NGOs, third sector, institutional partnerships, relationships, influences.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. ONGs	3
2.1. Contexto Histórico.....	3
2.2. Conceitos.....	6
2.3. Aspectos Legais.....	9
3. RELAÇÕES E INFLUÊNCIAS DE ONGs COM SUAS PARCERIAS	12
3.1. ONGs e Governo	13
3.2. ONGs e Empresas.....	15
3.3. ONGs e Instituições de Terceiro Setor	17
3.4. Reflexo das parcerias para as ONGs.....	20
4. RELATO SOBRE A ONG REINTEGRAR	22
4.1. Trajetória da Reintegrar	23
4.2. Programa de Projetos Desenvolvidos	25
4.3. Parcerias da Reintegrar	26
4.4. ONG Financiadora da Reintegrar	27
5. CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS	31
APÊNDICE	36

1. INTRODUÇÃO

O termo ONG, que significa Organização Não-Governamental, ganhou popularidade historicamente no Brasil na década de 1970, junto com os movimentos sociais. Na esfera mundial essa expressão aparece pela primeira vez após a segunda guerra mundial, com o uso da sigla em inglês “Non-Governmental Organizations (NGOs)” para “designar entidades não oficiais que recebam ajuda financeira para executar projetos de interesse de grupos ou comunidades”¹.

No Brasil, na década de 1980, período da redemocratização, esse termo era comumente relacionado com as organizações que apoiavam iniciativas populares e que promoviam a cidadania, defesa dos direitos e luta pela democracia política e social. O nascimento das primeiras ONGs no país estava ligado aos movimentos sociais da época. No entanto, atualmente, as perspectivas de atuação dessas organizações se encontram nas áreas mais diversas da sociedade.

A observação do processo de burocratização das ONGs aponta para um crescente número de parceiros dentro delas. Com isso nota-se a necessidade da análise da consequência dessas associações nesse processo.

O modo de gestão das organizações difere quanto à finalidade. O Estado traz como finalidade proporcionar o amparo, a ordem, o bem-estar e o desenvolvimento aos grupos sociais. As empresas privadas tem o objetivo centrado na obtenção do lucro e da valorização de sua imagem perante o público. E as ONGs preocupam-se com o impacto social de seu empreendimento perante a comunidade que ela está estabelecendo alguma relação.

Dito isto, qual seria a diferença para o crescimento e/ou desenvolvimento da ONG criar vínculos de parcerias?

Portanto, o pressuposto em que se fundamenta este trabalho é que no momento em que a instituição começa a fazer parcerias, a mesma se torna mais burocratizada e mais especializada no atendimento das suas demandas operacionais. Percebe-se que esse fato acontece por conta da maior necessidade da ONG em prestação das contas aos seus parceiros.

Então, esta pesquisa teve o objetivo de apontar as vantagens e desvantagens da ONG na realização de parcerias. Além de dissertar sobre os conceitos dos teóricos que trabalham com esse tema. Também se encontra nessa monografia a descrição da história da ONG

¹ BERNARDES, Ernesto e NANNÉ, Kaike. “O Brasil Organizado Funciona”. In: DANZIATO, Octávia de Carvalho Martin. Ong’s e Prática social com adolescentes: demarcações históricas e discursivas. Ed. UNIJUI, 1998.

Reintegrar e de suas parcerias. Por último buscou-se também relacionar os conceitos relatados com o estudo de caso.

A metodologia de pesquisa utilizada relaciona ideias com dados empíricos. O projeto resultou de uma pesquisa. A pesquisa adotou o método indutivo visando apresentar uma síntese dos depoimentos caracterizando em que condições se realizam as parcerias e procurou identificar, a partir dos depoimentos aspectos positivos e negativos. Foi realizada no mês de maio e utilizou técnicas de entrevista, questionários e observações diretas com pessoas da ONG em foco.

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico na literatura teórica da administração que abrangesse esse assunto. Seguido da análise do site da ONG Reintegrar e realização de entrevistas com a diretoria e a assessoria da ONG sobre a história da instituição, suas práticas e seus métodos de gestão.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo envolve a presente introdução. No segundo capítulo seguirá com o contexto histórico do surgimento das ONGs, exposição dos conceitos que envolveram seu aparecimento, os tipos de ONGs existentes atualmente e apresentação da legislação específica que as caracteriza e diferencia.

A relação das ONGs com seus parceiros, que é o tema central dessa monografia, será o assunto tratado no terceiro capítulo. O quarto capítulo abrangerá o estudo de caso da ONG Reintegrar de Fortaleza, seguido do capítulo final com as últimas considerações sobre o tema trabalhado.

2. ONGs

É possível situar o momento do surgimento do termo ONG (Organização Não governamental), do qual falar-se-á mais adiante, porém o ideal que justificou a construção desse tipo de associativismo, cujo objetivo é dar assistência a outros indivíduos, tem início desde os tempos remotos das sociedades antigas. A base desse tipo de assistência primeiramente acontece como consequência à organização coletiva da sociedade, por causa da necessidade de auxílio mútuo e divisão de tarefas.

2.1. Contexto Histórico

Nas sociedades antigas - egípcia, persa, grega, romana e indiana - já se existia o princípio de preocupação com o social que se manifestava em políticas governamentais específicas.

Segundo Burns (1977), a filosofia política do antigo Egito, da XI Dinastia (cerca de 2100 a.C.), encontra-se o exemplo de um sacerdote de Heliópolis que foi o primeiro de uma série de filósofos egípcios que refletiam sobre os aspectos nefastos da miséria. Segundo este filósofo, o homem pobre não tem força para livrar-se daquele que é mais forte do que ele, sendo assim, os que nasceram para dirigir deveriam ser mais justos e não degenerados e complacentes.

Há também relatos de uma obra chamada “Discurso do Camponês Eloquente”. Apesar de ser de autoria desconhecida, ela narra a história de um camponês roubado por um funcionário mau-caráter. Nela, o camponês apela para as mais altas instâncias de poder e discorre sobre os deveres de um funcionário do Estado que seriam, dentre outros, amparar órfãos, viúvas e abandonados e promover uma harmonia para que ninguém sofra com fome, frio ou sede. Essa obra reflete amplamente os conceitos de moralidade de muitos críticos sociais do tempo atual. (BURNS, 1977).

Na religião persa, chamada de zoroastrismo, continha recomendações de virtudes que eram originariamente de cunho político, econômico e social. Para eles Ahura-Mazda, divindade persa, recomendava a fidelidade dos homens, recomendação de amor e cuidado com o próximo, amparo aos pobres e a prática da hospitalidade. (BURNS, 1977).

Segundo Sá (2003), na Grécia, os viajantes recebiam comida, abrigo e hospitalidade na casa dos ricos gregos. No império romano se premiava com milho gratuito ou vendia-se por um preço mais barato quem acumulasse práticas de cidadania. A Índia, na época do

imperador Asoka (274-232 a. C.), construiu-se instalações médicas, cavou-se poços e plantou-se árvores para agradar a população.

Com o advento do cristianismo, a caridade se institucionalizou, sendo legitimada pelas Sagradas Escrituras dos cristãos, principalmente nas passagens do novo testamento que afirmam a importância das obras na demonstração de uma fé verdadeira.

Algumas passagens bíblicas mostram a base para a ação social da igreja. No evangelho de Mateus (capítulo 19, versículo 19) relata Jesus ensinando como deveria ser o amor entre semelhante (BÍBLIA, 1999); e na carta de Tiago (capítulo 2, versículo 17 e capítulo 1, versículo 27, respectivamente) às doze tribos da dispersão, ele escreve que a fé tem sua vitalidade nas obras (BÍBLIA, 1999) e que a religião casta e honrada está no ato de amparar os órfãos e as viúvas nas suas necessidades. (BÍBLIA, 1999).

A Igreja Católica Apostólica Romana ao longo dos séculos monopolizou a atividade assistencialista. A igreja construía leprosários, cuidava de doentes, desabrigados, dentre outros. Tudo isso aliado a constante catequizações dessas pessoas marginalizadas da sociedade. O próprio Serviço Social nasce dentro desse contexto. E também foi daí que surgiu a filantropia no Brasil.

Pode-se dizer que o início da prática de filantropia no Brasil se deu quando surgiram, no século XVI, as Santas Casas de Misericórdia, que até hoje estão presentes na nossa sociedade. Essas instituições foram, durante muito tempo, mantidas por ricos filantropos, sob prisma da prática assistencialista. (CASTRO, 2004, p. 14)

No Brasil, a partir do século XX, por volta das décadas de 1930 a 1940, surgiram as entidades sem fins lucrativos. Uma parcela grande dessas entidades se responsabilizava em prestar serviços a grande massa da população, que englobavam as áreas de saúde, educação e lazer, que estavam de fora das políticas de assistência do Estado naquele momento. Política advinda da parceria Igreja Católica e Estado, na Era Vargas.

O golpe militar de 1964 deu fim ao pacto populista e abriu espaço para que houvesse transformações na relação entre Estado e sociedade, construindo a conjuntura que possibilitou o surgimento de novos movimentos sociais e de organizações autônomas no Brasil.

As atuais ONGs, portanto, começam a existir em anos de regime militar. Acompanham um padrão característico da sociedade brasileira, em que o período autoritário convive com a modernização e a diversificação social do país e com a gestação de uma nova sociedade organizada, baseada em práticas e ideários de autonomia em relação ao Estado, num contexto em que sociedade civil tende a se confundir, por si só, com oposição política. As chamadas ONGs se consolidam na medida em que se forma e fortalece um amplo e diversificado campo de associações

na sociedade, a partir, sobretudo de meados dos anos 70 - tendência que caminha em progressão pelas décadas de 80 e 90. (HADDAD, 2002, p. 25)

Ainda na década de 1980 aconteceram eventos importantes para a história das ONGs no Brasil. O debate sobre questões relevantes para as organizações sem fins lucrativos aconteceram dentro do Encontro de Centros de Promoção Social, ocorrido em 1986, no Rio de Janeiro. Nele se discutiu pela primeira vez se as entidades adotavam ou não a nomenclatura ONG. Nessa década também deu início a articulação para a fundação da Associação Brasileira de ONGs (ABONG).

Segundo Danziato (1998), em 05 de julho de 1991 foi enviada, pelo GT (Grupo de Trabalho) responsável pelo processo de criação da associação, uma correspondência para diversas ONGs convocando a assembleia de constituição da Associação. E atendendo a convocação, compareceram 108 ONG's na assembleia datada de 10 de agosto de 1991, de onde constituíram a Associação Brasileira de ONGs – ABONG. Tal Associação tendo como objetivo:

Expressar a identidade comum de um conjunto de ONGs comprometidas com o processo de democratização da sociedade brasileira, que têm uma tradição de apoio e serviço aos movimentos populares de inspiração democrática, constituindo um segmento específico da sociedade civil, comprometido com os setores populares. (DANZIATO, 1998, p. 119)

Além de ser uma considerável vitória para a organização das ONGs, a criação da ABONG, possibilita maiores alcances para o reconhecimento político de suas ações no território nacional.

Várias organizações de origem empresarial formaram em 1989, em São Paulo, um grupo de discussões sobre filantropia. E, em 26 de maio de 1995 aconteceu a Assembléia de Constituição do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), com a presença de 25 organizações. Tendo como objetivo o fortalecimento da sociedade civil trabalhando principalmente na crescente conscientização do empresariado brasileiro de sua responsabilidade no combate as diferenças sociais existentes no país. (GIFE, 2012)²

No ano de 1991 também foi escrita uma importante página para a construção da história das ONGs: um encontro internacional promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU) que aconteceu no Rio de Janeiro e reuniu várias ONGs brasileiras, latino-americanas e agências internacionais. No ano seguinte aconteceria a ECO-

^{2 2} Informação do site do GIFE, histórico da instituição: www.gife.org.br.

92, evento de grande porte que atraiu a atenção da mídia para as ONGs pelo fato delas montarem uma grande reunião internacional paralela.

A primeira metade da década de 1990 se caracterizou, portanto pelo fortalecimento das relações entre as ONGs no Brasil. Elas agregavam a cada ano maior valor simbólico dentro da sociedade brasileira.

Por fim, o termo “ONG” ganha enorme reconhecimento enquanto categoria social, e significava agora um conjunto de organizações que possuíam características, posições e papéis semelhantes.

Atualmente, a difusão e o fortalecimento das entidades do terceiro setor caminham a passos largos em nível nacional. Segundo dados apurados pelo IPEA e pelo IBGE, em 2004 o Brasil contava com 276.000 fundações e associações sem fins lucrativos. Atualmente, são 300.000. (KLEIN; SILVA e SIQUEIRA, 2009, p. 7)

2.2. Conceitos

Entende-se, segundo Maciel (2006), que o primeiro setor é o governo, responsável pelas questões sociais relativas ao Estado. O segundo setor existente na sociedade é o privado, imbuído de responder pelas demandas individuais. Com a ausência do Estado em atuar no desenvolvimento social e redução da pobreza, surgiu a idéia de um setor social, que ao lado do Estado e do setor privado começou interferir nas questões de assistência social à população, por meio de diversas instituições.

Entidades deste tipo são as que formam o chamado terceiro setor. Ou seja, o terceiro setor é organizado por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, cujo objetivo é realizar os serviços de caráter público, no qual o Estado também tem responsabilidade.

Na década de 1960 foi marcada pela acelerada evolução da responsabilidade social dentro das empresas. E é nesse contexto que irá nascer o Terceiro Setor. Este termo é recente no Brasil, e só passou a ser utilizado, tornando-se popular, na década de 1990. As organizações do Terceiro Setor nasceram através do trabalho voluntário e são sustentados por ele, pois a principal razão de ser destas organizações é a atuação na área social visando a solução de problemas sociais.

O Código Civil brasileiro legisla sobre duas formas clássicas de organizações civis sem fins lucrativos: fundações e associações civis. O ano de 1987 foi o ano em que se acrescentou a figura jurídica das fundações públicas a esse grupo inicial. Mais tarde a legislação do país enriquece o ordenamento original, acrescentando outras pessoas jurídicas de organizações sem fins lucrativos.

Dito isso, temos que, dentre os diversos tipos de associações previstos na legislação brasileira, as entidades ou organizações não-lucrativas podem manifestar-se sob quatro formas:

- Fundações públicas ou privadas;
- Associações ou sociedades civis;
- Cooperativas;
- Cooperativas sociais.

De acordo com a legislação brasileira, observa-se que somente fazem parte do terceiro setor organizações que tenham como objetivo principal a atuação no social ou em uma das suas mais diversas formas e que não tenham fins lucrativos, ou seja, utilizem todo o superávit de suas operações para a própria organização.

Segundo Ashoka Empreendedores Sociais e McKinsey & Company (2001, p. 22), após constituídas sob uma dessas formas, alguns institutos, observados os requisitos de lei, podem solicitar a determinados órgãos do poder público títulos e certificados que consentem que as organizações qualificadas desfrutem de certos benefícios fiscais. Esses títulos ou certificados são chamados de qualificação, e podem ser:

- Título de utilização pública – podendo este ser federal, estadual ou municipal, segundo a Lei 91, de 28 de agosto de 1935 e decreto 50.517, de 02 de maio de 1961;
- Registro no Conselho Nacional de Assistência Social, segundo a Resolução 31, de 24 de fevereiro 1999 do CNAS;
- Certificado de entidade de fins filantrópicos segundo a Resolução 177, de 10 de agosto de 2000 do CNAS;
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, segundo a Lei 9.790, de 23 de março de 1999 e decreto 3.100, de 30 de junho de 1999;
- Organizações sociais, segundo a Lei 9.637, de 15 de maio de 1998.

Outro fator a ser discutido dos aspectos legais relativos ao Terceiro Setor é a forma de titulação que as organizações sem fins lucrativos podem obter. A solicitação para obtenção de qualquer dos títulos listados acima deve ser submetido aos órgãos estatais competentes. Nestes órgãos estatais também se encontra o processo para obtenção dos títulos, além dos benefícios que podem ser conseguidos em cada caso. Portanto, uma OSCIP é exatamente uma organização não-lucrativa que conseguiu essa qualificação.

Diferente da OSCIP, o termo ONG é bem mais antigo. Ele surgiu pela primeira vez na Organização das Nações Unidas (ONU) após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945).

Era usado na época a sua denominação em inglês “Non-Governmental Organizations (NGOs)”. Esta expressão era usada para classificar as organizações supranacionais e internacionais que não foram fundadas através de acordos governamentais.

A sigla ONG é relativa à organização não-governamental. Esta é uma expressão que acolhe diversas interpretações. Se por um lado existe a definição textual, ou seja, aquilo que não é do governo ou vinculada a ele, por outro, ela também pode ser usada para denominar qualquer organização de natureza não-estatal.

Do ponto de vista jurídico, o termo ONG não se aplica. Nossa legislação prevê apenas 2 (dois) formatos institucionais para a constituição de uma organização sem fins lucrativos; portanto, toda organização sem fins lucrativos da sociedade civil é uma associação civil ou uma fundação privada. Ou seja, toda ONG é uma organização privada não-lucrativa. (CICONELLO e LARROUDÉ, 2012, não paginada)³

Nem toda organização privada não-lucrativa é uma ONG. Exemplos disto são os clubes, hospitais privados, sindicatos, movimentos sociais, universidades privadas, cooperativas, entidades ecumênicas e assistencialistas, fundações empresariais, associações civis de benefício mútuo dentre outros. Dentro destas organizações percebem-se objetivos e atuações bastante distintos e muitas vezes até opostos.

Portanto, segundo Ashoka Empreendedores Sociais e Mckinsey & Company (2001), o termo ONG e outros como OSC (organização da sociedade civil), que são de uso geral e passaram a ser empregados como sinônimos de organizações que atuam no terceiro setor. Embora amplamente utilizados, esses termos não possuem uma definição legal e não devem ser confundidos com as formas de constituição e qualificação de organizações não-lucrativas.

Outro dado jurídico importante sobre este tema é que para que uma instituição se torne OSCIP é necessário que ela se constitua como instituição sem fins lucrativos que além de ter em seu estatuto as previsões legais, ganhou um certificado do Ministério da Justiça que auferiu tal qualificação a ela. Deste modo, sem o certificado não se pode afirmar que esta ou aquela instituição é uma OSCIP. Além disso, um erro legal recorrente destas instituições é entender e divulgar que OSCIP é uma empresa privada sem fins lucrativos e que todas as dificuldades de uma empresa podem ser transferidas para elas.

Neste momento do trabalho é importante que se faça uma análise das semelhanças e diferenças entre ONGs (Organizações Não Governamentais) e OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público).

³ Artigo encontra-se no site da ONG Anjos da Guarda – ajudando a quem ajuda: www.onganjosdaguarda.org.br.

Portanto, é preciso salientar que tanto as ONGs quanto as OSCIPs são espécies de associações civis nas quais não há intenção lucrativa. Além disso, são associações que tem como legislador jurídico o Código Civil. Porém, as OSCIPs não se gerem somente pelos dispositivos do Código Civil, mas também pela Lei 9.790/1999. Pois as OSCIPs são uma modalidade diferenciada de associação e tem mais requisitos a cumprir (deveres) do que as outras associações. Mas, em contraponto, as OSCIPs também possuem mais direitos que as demais organizações congêneres.

Atualmente, de acordo com dados fornecidos pelo Ministério da Justiça, entre 1999 e 2003, foram registrados 2.356 pedidos para essa qualificação, tendo sido deferidos apenas 1.488 qualificações. De 2003 para 2006 o número de deferimentos saltou de 1.488 para 3.707. Atualmente temos qualificadas como OSCIPs 5.778 entidades no Brasil, e 400 entidades no Distrito Federal. (Losekann, 2011, não paginada)⁴

Como ainda é pequeno o número de entidades que possuem a qualificação e certidão de OSCIP se comparado com o número de organizações civis sem fins lucrativos existentes, percebe-se que muitas associações ou desconhecem a legislação atual (direitos e deveres) ou atuam em detrimento dela.

2.3. Aspectos Legais

Como já foi citado, antes da Lei nº 9790/99 era somente o Código Civil brasileiro que legislava as organizações civis sem fins lucrativos sobre duas formas:

- Associações (Artigos 53 a 61);

“Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.” (BRASIL, 2007, p.71) e,

- Fundações (Artigos 62 a 69).

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. (BRASIL, 2007, p.73)

Mais tarde, sendo definida sob quatro formas pela legislação brasileira, acrescentando as formas de cooperativas e cooperativas sociais. Artigos 1.093 a 1.096 do Novo Código Civil de 2002 ressaltando, no entanto, a aplicação da vigente legislação atinente à matéria (Lei nº 5.764/71).

⁴ Artigo disponível no site de defender – defesa civil do patrimônio histórico: www.defender.org.br.

Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro. As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados. (MONEZI, 2004, não paginada)⁵

No mês de julho do ano de 1997 foi marcado por um acontecimento muito importante para o futuro das ONGs, segundo Netto (2004), alguns representantes da sociedade civil organizada se reuniram e formaram um grupo de trabalho que possuía alguns representantes do Estado e tinha como líder a senhora doutora Ruth Cardoso, Primeira Dama e presidente da ONG Comunidade Solidária. Esse grupo elaborou um novo modelo de lei chamada de OSCIP – organizações da sociedade civil de interesse público. Foi a partir deste projeto de lei, encaminhado para o Congresso e aprovada por unanimidade, que surgiu a nova lei do Terceiro Setor.

Esta lei ganhou o Nº 9.790 em 23 de março de 1999 e posteriormente foi regulamentada pelo Decreto Nº 3.100 de 30 de junho de 1999.

A Lei 9.790, de 23 de março de 1999, dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), e institui e disciplina o Termo de Parceria. (BRASIL, 1999, p.1)

As organizações que formam o chamado terceiro setor, a partir dessa lei, tem a possibilidade de se qualificarem como OSCIP. Porém, alguns requisitos são pedidos, como: as entidades tem que ser de caráter privado, sem finalidade lucrativa e não podem distribuir seus excedentes financeiros de qualquer maneira a qualquer indivíduo. Além disso, devem atender em seus estatutos as exigências da referida lei.

A Lei 9.790/99 foi organizada tendo como objetivo principal estimular o crescimento e o fortalecimento do Terceiro Setor. E esse processo causa o fortalecimento da Sociedade Civil. E fortalecer a Sociedade Civil significa maior investimento no chamado Capital Social. A lei se configura com umas orientações estratégicas específicas com o fim de: gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar pessoas e recursos necessários ao desenvolvimento social do País. (FERRAREZI e REZENDE, 2002).

Na lei estão compreendidas entidades que se destinam à prestação de serviços nas seguintes áreas: saúde, educação e assistência social. Também se incluem organizações que se ocupam da defesa dos direitos de grupos específicos da população, ao trabalho voluntário, à proteção ao meio ambiente, à concessão de microcrédito, dentre outros.

⁵ Artigo Jurídico disponível no site www.advogado.adv.br.

Segundo Ferrarezi e Rezende (2002), além deste objetivo principal, outros objetivos secundários (específicos) são contemplados, sendo estes consequências do primeiro. Assim, os objetivos específicos dessa nova lei são:

- Permitir o acesso à qualificação como OSCIP às associações que possuem fins públicos e não tinham acesso a nenhum benefício ou título. Esta nova qualificação inclui as formas recentes de atuação das organizações da sociedade civil e exclui aquelas que não são de interesse público, que se voltam para um círculo restrito de sócios ou que estão (ou deveriam estar) abrigadas em outra legislação;
- Agilizar os procedimentos para a qualificação por meios de critérios objetivos e transparentes;
- Incentivar e modernizar a realização de parceria entre as OSCIPs e órgãos governamentais, por meio de um novo instrumento jurídico - Termo de Parceria - com foco na avaliação de resultados;
- Implementar mecanismos adequados de controle social e responsabilização das organizações e dirigentes com o objetivo de garantir que os recursos de origem estatal administrados pelas OSCIPs sejam bem aplicados e destinados a fins públicos.

O avanço desta lei é o reconhecimento do caráter público das organizações não estatais. E com sua concepção criou-se uma expectativa de uma reforma do marco legal que legisla as relações entre Estado e Sociedade Civil no Brasil.

Em novembro de 2010, mediante a denúncia de escândalos e corrupção envolvendo ONGs, o governo designou um grupo de trabalho tendo como objetivo estabelecer um novo marco regulatório para as organizações da sociedade civil.

Ainda no primeiro semestre deste ano, o governo federal pretende lançar um marco regulatório para o terceiro setor e a criação do fundo de financiamento de Organizações Não Governamentais (ONGs) com recursos de estatais. As novas normas de financiamento e de prestação de contas de entidades da sociedade civil deverão passar a vigorar até junho.

Observa-se que mudanças no aspecto legal do Terceiro Setor é um processo complexo, que abarca diversos aspectos políticos, jurídicos e sociais. Sendo que não ocorre automaticamente por causa da aprovação de leis ou por vontade política. Depende de modificações de culturas organizacionais e da conscientização dos envolvidos.

3. RELAÇÕES E INFLUÊNCIAS DE ONGs COM SUAS PARCERIAS

Para se compreender os tipos relacionamentos que as ONGs constroem deve-se saber primeiramente das finalidades destes relacionamentos. As ONGs para se manterem e realizarem suas atividades precisam captar recursos, ou seja, precisam de dinheiro, doações de produtos ou trabalho voluntário.

Anteriormente, esses recursos eram conseguidos de maneira esporádica, de acordo com a necessidade vigente, sem muito vínculo com os colaboradores. Atualmente, esse vínculo tende a ser um compromisso mais permanente para a solidificação das ONGs.

Portanto, o objetivo deste capítulo é relatar os tipos de fontes de financiamento disponíveis para as ONGs atualmente e as consequências das alianças feitas em prol da obtenção dessas fontes de recursos.

Podem-se identificar os tipos de fontes de recursos das ONGs separando-os em dois setores principais:

- Fontes de recursos internos: Recursos gerados através de venda de produtos (camisas, agendas, chaveiros, dentre outros) e prestação de serviços (consultoria);
- Fonte de recursos externos: Recursos advindos de doações individuais e de fontes institucionais.

Segundo estatísticas sobre as doações individuais no Brasil verificam-se que 50% da população acima de 18 anos faz algum tipo de doação. (LANDIM e SCALON, 2000 *apud* SPEAK; MCBRIDE e SHIPLEY, 2002).

A motivação para a doação pessoal envolve diversos fatores, dos quais, destacam-se: a simpatia pessoal que o doador tem com a causa, ou somente pelo interesse em ajudar motivado por alguma campanha específica e incentivos fiscais para doações advindos do governo.

Segundo Tiisel (2007), em nossa legislação, as pessoas físicas que optam pela declaração do imposto de renda completa podem aproveitar os incentivos fiscais para doação apenas nos seguintes casos:

- Doações destinadas a projetos culturais e artísticos;
- Doações destinadas à atividade audiovisual;
- Doações aos fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (federal, estaduais e municipais), sendo que as pessoas que declaram o imposto de renda pelo modelo completo, podem deduzir as doações aos fundos em até de 6% do valor do imposto devido.

No entanto, mesmo com os dados ditos anteriormente, há uma carência de informações nessa área, por isso não é possível contabilizar com rigor qual a participação individual no volume total do orçamento das ONGs. Além disso, o foco deste trabalho encontra-se em discutir as relações das ONGs com seus parceiros institucionais, portanto, não se aterra mais nesse primeiro ponto.

Dito isto, para melhor explicitação desse assunto divide-se as fontes de financiamento em três categorias principais descrevendo as consequências para as ONGs do seu relacionamento com esses parceiros institucionais, que são:

- Governo;
- Empresas;
- Instituições de Terceiro Setor.

O relacionamento das ONGs com seus parceiros individuais tem influencia de diversos fatores como foi dito anteriormente, pois as pessoas precisam estar motivadas a doar, e isso requer variação estratégica do captador de recursos no que se refere ao marketing da ONG. Mas, como a pretensão deste trabalho é a análise das relações entre instituições, este presente capítulo só terá ênfase nos parceiros institucionais divididos como foi apresentado acima.

3.1. ONGs e Governo

As ONGs conseguem obter renda através de apoio financeiro do próprio governo de forma direta e indireta. De forma direta através de contratos, termos de parceria, contratos de gestão, ou da concessão de auxílios, contribuições e subvenções para as ONGs. E indiretamente quando o poder público financia o Terceiro Setor através da concessão de benefícios e incentivos de ordem tributária, tais como: imunidades, isenções e incentivos fiscais.

A seguir, segundo Tiisel (2007), detalhar-se-á como se realiza essas formas diretas e indiretas de financiamento:

- **Formas Indiretas:**

- **Imunidade tributária:** É uma limitação constitucional ao poder de tributar (art. 150, VI, “c” e art. 195, §7º, Constituição Federal), que não abre possibilidade de modificação por lei infraconstitucional. Portanto, o legislador fica proibido de instituir imposto sobre pessoas, atos e fatos imunes.

- **Isenção tributária:** É quando o próprio poder tributante dispensa (isenta) o pagamento do imposto (art. 175, I, Lei nº 5.172/1966, Código Tributário Nacional). Pode ser feita por meio da imunidade ou da isenção. A consequência disso é a exoneração tributária concedida às organizações do Terceiro Setor, por conta dos serviços públicos que elas prestam à sociedade.
- **Incentivos fiscais:** É a concessão de incentivos fiscais para as doações das pessoas físicas e/ou jurídicas.
- **Formas e instrumentos diretos:**
 - **Contrato:** O contrato administrativo constitui-se em um acordo firmado entre uma entidade privada e o Poder Público para a execução de atividades para fins públicos. Para que este contrato seja instituído é necessária à abertura de licitação. De acordo com a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) só haverá dispensa de licitação em determinadas situações ou quando houver provas de que a competição é inviável.
 - **Convênio:** É o instrumento de cooperação firmado entre dois órgãos públicos ou entre um órgão público e uma organização privada no qual são previstos obrigações e direitos recíprocos, propondo a realização de objetivos de interesse comum dos participantes dele.
 - **Contrato de Gestão:** É quando o Estado concede à organização qualificada como Organização Social (OSs) recursos orçamentários, bens públicos e servidores para que ela possa cumprir os objetivos sociais relevantes ao bem estar da coletividade.
 - **Termo de Parceria:** De acordo com a Lei nº 9.790/99 (Lei das OSCIPs), é o instrumento firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como OSCIP, no qual são registrados os direitos e as obrigações das partes, cujo objetivo é a execução das atividades de interesse público.
 - **Auxílios e subvenções:** As organizações do Terceiro Setor, de acordo com a Lei 4.320/64, podem desfrutar dos auxílios e subvenções transferidas pelo Poder Público. Subvenções sociais são transferências de recursos às instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, que não possuem fins lucrativos, com o objetivo de cobrir despesas de suas atividades. Auxílios são transferências de capitais provindas de lei orçamentária concedida às organizações sem fins lucrativos.

Por fim para que a parceria ONG e Governo aconteça, é necessário que ela esteja preparada juridicamente, ou seja, que possua uma lista de documentos solicitados pelo Estado.

A documentação básica, segundo Cicca (2005), que geralmente é solicitada à instituição são as seguintes:

- Relação dos membros da diretoria;
- Atestado de antecedentes criminais dos membros que fazem parte da diretoria;
- Documentações da ONG (Ata de fundação, estatuto social, CNPJ, CCM, Certidão negativo de Débito junto á dívida ativa da União, Atestado de Regularidade junto ao FGTS etc.);
- Descritivo das propostas dos programas/projetos;
- Relação das famílias e/ou crianças beneficiadas pela ONG (por faixa etária);
- Demonstrações Financeiras auditadas (Balanço Patrimonial assinado por um contador devidamente credenciado);
- Orçamento do exercício atual.

É importante ressaltar que a parceria entre Estado e ONGs é uma relação em que se verificam critérios e indicadores formalmente aceitos e monitorados dos dois lados, também tem permitido produzir resultados de ambos os lados.

As organizações do Terceiro Setor como são considerados mais perto da sociedade são responsáveis por algumas melhorias na gestão pública quando em aliança com o Governo. Vendo desse ângulo a parceria Governo e ONG é bem positiva para o bem estar das comunidades. E para o Terceiro Setor esta aliança auxilia as organizações a atuarem mais fortemente em políticas públicas, aumentando por tanto os conhecimentos técnicos deles na gestão do que é público. Por isso é fundamental para o alcance dos objetivos de melhoria da sociedade que ONGs e governo tenham um bom relacionamento.

3.2. ONGs e Empresas

As empresas privadas são importante fonte de captação de recursos para as ONGs. Sendo que cada uma das partes tem seus devidos motivos para buscarem essa relação.

Sendo assim, uma das motivações das empresas privadas é os incentivos fiscais. Segundo Tiisel (2007), as empresas só são cobradas pelo regime de lucro real, e por isso elas contem um número maior de incentivos à doação. Estes benefícios dados às empresas podem ser utilizados por elas nas doações:

- para entidades civis, sem fins lucrativos, de Utilidade Pública e qualificadas como OSCIPs;
- para instituições de ensino e pesquisa;
- destinadas a projetos culturais e artísticos;
- para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (federal, estaduais e municipais) Já para as pessoas jurídicas, tributadas pelo lucro real, o limite para a dedução da doação é de 1% do valor do imposto de renda devido, não sendo permitido o abatimento da doação como despesa operacional;
- destinadas à atividade audiovisual.

Não são beneficiadas as pessoas jurídicas tributadas pelo Simples ou pelos regimes de lucro presumido ou arbitrado.

Segundo Lourenço e Schroder (2003), para as empresas privadas adotar posturas éticas e compromissos sociais com a comunidade é visto com um diferencial competitivo e um indicador de rentabilidade e sustentabilidade em longo prazo, percebendo-se que os consumidores valorizam comportamentos nesse sentido, preferindo produtos de empresas identificadas como éticas, solidárias ou cidadãs, sendo mais um bom motivo para se investir nessa área.

Uma evidência para a empresa desse diferencial competitivo é a utilização do selo social, que a ONG disponibiliza as suas empresas parceiras.

Selos sociais são logomarcas afixadas a um produto ou à sua embalagem, ou distribuídos em materiais de comunicação empresarial e publicidade para certificar a adesão voluntária de uma companhia a um código de conduta socialmente responsável, com significados que variam segundo o propósito destes códigos de conduta. O selo social é um meio de relação intersetorial com finalidades variadas. (INSTITUTO JUNTOS, 2011, não paginada)⁶

Segundo o Instituto Juntos (2011), existem três formas de utilização dos selos: como moeda de troca, a empresa apoia financeiramente uma organização de terceiro setor em troca do direito a utilização do selo; como agente de divulgação, demonstra que seus associados concordam com uma causa ou código de conduta; e, instrumentos de certificação, atestando que uma organização de terceiro setor auditou uma empresa e atesta a conformidade desta a um código de conduta.

As grandes empresas na maioria das vezes criam suas próprias fundações para atender as solicitações que elas recebem anualmente. Geralmente, as empresas que fazem

⁶ Artigo retirado do site do instituto Juntos falando sobre Selo Social: <http://www.institutojuntos.org.br>.

isso, financiam os grupos do público-alvo que quer alcançar como empresa envolvendo-se com as causas dos clientes para promoção de suas imagens institucionais.

Mas, há também a possibilidade da empresa formar parceria com instituições sem fins lucrativos. Um fator interessante sobre esse tipo de parceria é que como as empresas são fontes do que se chama “dinheiro organizado”,⁷ para conseguir aliança com esse tipo de instituição a ONG precisa também estar “organizada” para poder receber as rendas advindas dessa parceria.

Uma pesquisa realizada pela ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais constatou que houve um aumento do financiamento de empresas às organizações não governamentais (ONGs), mas este ainda é pequeno: de 1,8% do total do orçamento geral do conjunto das associadas à ABONG em 1993 para 4,19% em 2003. (ABONG, 2002 *apud* SPEAK; MCBRIDE e SHIPLEY, 2002).

Atualmente, tem-se presenciado um número crescente de ONGs que buscam parcerias com empresas privadas como alternativas de financiamento de suas ações e para tal surge à necessidade da garantia de legitimidade das ONGs perante estas empresas. À luz das abordagens institucional e do poder, há uma necessidade de legitimação das organizações não governamentais perante as empresas privadas visando à captação e a otimização de recursos para financiar seus projetos sociais para atender as demandas sociais e poder desenvolver seu papel no ambiente social. Para isto, é necessário ter uma estrutura organizacional bem definida e focalizada desenvolvendo projetos que apresente claramente ganhos tanto para a sociedade quanto para os mantenedores facilitando assim, a captação destes recursos. (PESSOA, 2005, não paginada)⁸

3.3. ONGs e Instituições de Terceiro Setor

Em relação às fontes de financiamento institucionais vindas de fundações ou agências internacionais faz necessário algumas considerações.

Há algumas categorias de parcerias com instituições do terceiro setor que alocaremos nessa categoria. É o caso das instituições locais, tais como: igrejas, associações comerciais, clubes sociais e grêmios estudantis. A arrecadação e a doação para as ONGs parceiras dessas instituições ocorre em paralelo com as atividades dessas organizações. Elas também são importante fonte de recurso humano, como o voluntariado.

Contudo, segundo Speak, McBride e Shipley (2002), a nível internacional têm-se as agências de financiamento. Elas se classificam em três tipos:

⁷ Expressão utilizada no material *Captação de Recursos: da teoria à prática*, que significa dinheiro vindo de pessoa jurídica.

⁸ Artigo sobre se existe relação de poder nas parcerias entre ONGs e empresas privadas, do site *administradores.com* – o portal da administração: <http://www.administradores.com.br>.

- **Instituições Multilaterais de Financiamento:** a ONU com suas muitas agências e o Banco Mundial (e os bancos regionais de desenvolvimento) são exemplos de instituições multilaterais que financiam programas e projetos ao redor do mundo.
- **Agências Financiadoras Bilaterais:** Países como o Canadá, a França e os EUA oferecem ajuda entre si visando o desenvolvimento, com acordos internacionais intermediados pelos escritórios e agências de cada governo em outros países;
- **ONGs internacionais de diversos tipos:** como exemplo, tem-se o GREENPEACE e a CARE.

As fundações, que são organizações criadas com o propósito de apoiar políticas de filantropia, também são fontes profícuas de recursos para as ONGs. O interessante notar é que estas fundações não se preocupam necessariamente em divulgar seus nomes como financiadoras. Além disso, elas geralmente buscam resultados semelhantes à políticas públicas realizadas pelo Estado.

Uma organização muito conhecida no Brasil que engloba as fundações nacionais é a GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas). No seu site institucional tem disponível informação das atividades de seus associados. Além das nacionais, muitas fundações internacionais tem interesse em investir no Brasil.

Semelhante às fundações existem as agências internacionais que também financiam projetos de organizações sem fins lucrativos. Elas têm processo de captação de recursos parecidos, mas as agências internacionais necessitam da aprovação do governo brasileiro. Elas representam governos estrangeiros (CIDA- Canadá; USAID e InterAmerican Foundation – EUA; GTZ – Alemanha) ou órgãos internacionais, tais como: UNICEF e Banco Mundial.

Assim, infere-se que, atualmente, existe uma enorme variedade de ONGs internacionais com interesses e atividades que se estendem além de suas fronteiras nacionais. Grupos de filantropia que tem o foco em atender necessidades específicas com aspirações globais, como a OXFAM, Save the Children, Visão Mundial, Compassion, são responsáveis pelo financiamento de projetos em países em desenvolvimento, como o Brasil.

Segue algumas considerações sobre as agências internacionais citadas a cima, retiradas dos seus sites institucionais:

- **CIDA (Canadian International Development Agency)** - é a agência líder do Canadá para a assistência ao desenvolvimento.

- **USAID** (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) - assistência externa dos EUA sempre teve o duplo objetivo de promover os interesses da América, enquanto melhorar a vida no mundo em desenvolvimento.
- **IAF** (Fundação Interamericana) - é uma agência independente do governo dos Estados Unidos dedicada a melhorar a participação bem-estar e cívica dos pobres organizado na América Latina e no Caribe. Faz doações diretamente aos grupos de base em toda a região.
- **GTZ** (Cooperação Alemã para o Desenvolvimento) – agência alemã encarregada de executar projetos de cooperação técnica que ajudem a reduzir as discrepâncias sociais e contribuir para uma melhor proteção ao meio ambiente e à gestão dos recursos naturais de maneira sustentável.
- **CARE** - é uma organização líder humanitária luta contra a pobreza global. Dando foco especial em trabalhar ao lado de mulheres pobres, porque, equipado com os recursos adequados, as mulheres têm o poder de ajudar famílias inteiras e escapar à pobreza todo comunidades.
- **GREENPEACE** - é uma organização ambiental global, que consiste do Greenpeace Internacional (Stichting Greenpeace Council) em Amesterdão, e 28 escritórios nacionais e regionais em todo o mundo, proporcionando uma presença em mais de 40 países.
- **UNICEF** (Fundo das Nações Unidas para a Infância) – liderando e apoiando algumas das mais importantes transformações na área da infância e da adolescência internacionalmente.
- **BM** (Banco Mundial) – combate a pobreza do mundo, financiando países em desenvolvimento.
- **Oxfam** (o nome "Oxfam" vem do Comitê de Oxford para Alívio da Fome) - é uma confederação internacional de 17 organizações interligados em rede em 92 países, como parte de um movimento global para a mudança, para construir um futuro livre da injustiça da pobreza.
- **Save the Children** (salvar as crianças) - é a principal organização independente criar uma mudança duradoura na vida de crianças carentes nos Estados Unidos e ao redor do mundo.
- **Visão Mundial** - é uma organização não governamental cristã, internacional, de desenvolvimento, promoção de justiça e assistência, que, combatendo as causas da

pobreza, trabalha com crianças, famílias e comunidades a fim de que alcancem seu potencial pleno.

- **Compassion International** - é uma organização evangélica interdenominacional, sem fins lucrativos, cujo objetivo é ajudar crianças em situação de risco ao redor do mundo. Atua em 24 países e trabalha em parceria com igrejas evangélicas.

Todas essas organizações de caráter internacional possuem alguns critérios para o investimento de suas rendas. Elas normalmente procuram seus aliados em grupos que já estejam organizados e investem seu dinheiro em atividade que estejam de acordo com a missão da organização.

3.4. Reflexo das parcerias para as ONGs

As organizações, como as ONGs, que compõem o terceiro setor evidentemente não são novas. Nova é a forma de olhá-las como componentes de um “setor” que pleiteia igualdade em relação ao Estado e ao Mercado. Estas relações estão interligadas entre si.

As parcerias não são exclusivas entre as organizações, podendo ser mista. Por exemplo: uma ONG pode ter uma parceira privada ao mesmo tempo de esteja recebendo dinheiro do Estado e prestando consultoria à outra ONG. Ou seja, os contratos entre as organizações não possuem requisito de exclusividade.

Segundo Teodósio, Ckagnazaroff e Souza (2004), a parceria ONG e Estado é compreendida de diversas formas, sendo evidenciadas cinco linhas de pensamento. Primeiramente, para a corrente ideológica do neoliberalismo, ela é vista como alternativa para prestações de serviços perante o Estado. Mas para alguns teóricos de esquerda, esta parceria ONG e Estado pode trazer terceirização para o Estado. Para as ONGs, identifica-se na literatura sobre ela uma posição que considera a parceria como prejudicial à elas, podendo afetar sua capacidade crítica, cobrança e controle em relação ao Estado. Existe também a que percebe a parceria como uma oportunidade da ONG ampliar a sua área de atuação e também de potencializar elaborações de projeto de políticas públicas. Por último, há também uma posição que considera que a parceira é uma ferramenta imprescindível para a atuação das ONGs.

Deve-se asseverar, de acordo com Falconer (1999), que uma participação maior das empresas privadas na área social acontece devido a relação que se institui entre envolvimento da empresa em projetos sociais e opinião pública favorável. O investimento nesta área produz dividendos políticos e parece vir de encontro ao desejo de inúmeros empresários nacionais.

A imagem do empresário caridoso que agia de acordo com as necessidades que ele via é trocada pela do investidor capitalista. Este capitalista trata a questão social não mais como filantropia, mas como um investimento. Ele tem a expectativa de retorno por isso ele calcula a decisão antes de investir. Os princípios, os postulados e as técnicas, administrativas e gerenciais são transferidos para a área social e isto tem forte impacto aos programas de qualidade. (CARRION, 2000).

As novas alianças e relações feitas pelas ONGs entram num jogo bastante pesado e importante que é o da construção de novos mecanismos de governabilidade a nível internacional, por causa da globalização e decadência relativa dos Estados nacionais. Nesta área predomina-se o “livre mercado” e as transnacionais. Nesse cenário complexo existe um personagem importante que é o Banco Mundial. Ele exerce um papel político relevante para os interesses hegemônicos, porque ele funciona de acordo com a lógica de total subordinação da política aos interesses econômicos dos setores mais influentes do capitalismo internacional. Outro ator internacional que existe nesta área é a ONU, que realiza grande conferências cujos resultados são considerados de grande relevância pelas ONGs. (DURÃO, 1995).

Segundo Carrion (2000), os recursos utilizados que são originalmente advindos do grupo fundador tem a tendência de passar a operar cada vez mais com recursos de terceiros, sejam eles públicos ou privados, nacionais ou internacionais. Mas isso não diminui a sua influência sobre as OSCs (Organizações de Sociedade Civil). De acordo com a tecnologia que acessa os financiamentos e desfrutam de credibilidade junto aos investidores para obtê-los, as fundações não apenas direcionam as ações sociais daquelas (OSCs) como também influem em suas práticas administrativas.

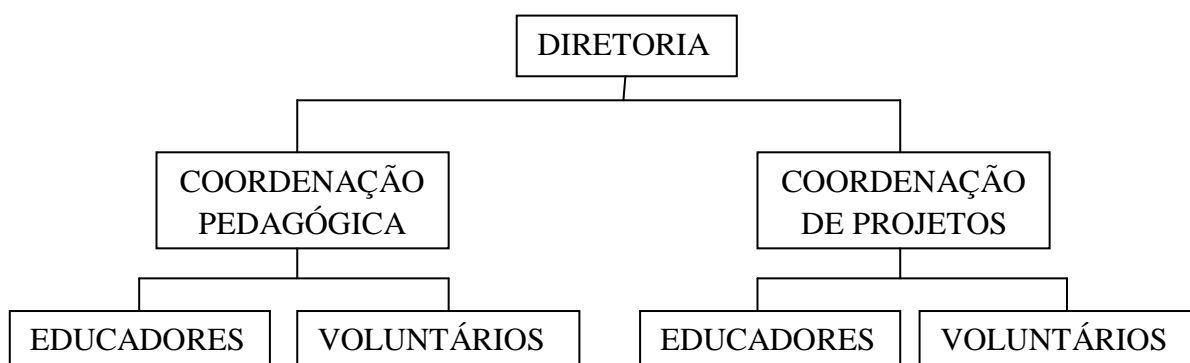
4. RELATO SOBRE A ONG REINTEGRAR

O Reintegrar é uma Organização Não Governamental que atua em Fortaleza, localizada na região do grande Jangurussu no conjunto São Cristóvão. Promove o desenvolvimento integral do ser humano, através do atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, apóia a capacitação profissional das famílias da comunidade, atuando nas áreas de educação, esporte, cultura, saúde, comportamento e capacitação de agentes de desenvolvimento. O Reintegrar está registrado com título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Atualmente atende cerca de 180 crianças e adolescentes representantes de aproximadamente 100 famílias que são beneficiadas com ações de quatro projetos, onde por meio de oficinas desenvolvem o conhecimento educacional, a pratica de esportes, a cultura e geração de renda.

- **Missão** - Contribuir com o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, através de ações fundamentadas nos princípios cristãos, em áreas de pobreza.
- **Visão** - Ser uma organização reconhecida e de referencia na promoção do desenvolvimento às crianças, adolescentes e jovens, bem como suas famílias e comunidades nos aspectos bio-psico-sócio-cultural e espiritual.
- **Valores** - Éticos cristãos, unidade, fraternidade e solidariedade, compromisso com os pobres, abordagens sistêmicas, credibilidade, sustentabilidade, valorização de parcerias e compromisso com o Reino de Deus.

Sua estrutura organizacional se define da seguinte forma:



Fonte: elaborado pela autora deste trabalho baseado nas informações de entrevista (2012).

Sendo a Coordenação Pedagógica e a Coordenação de Projetos diretamente subordinadas a Diretoria e Educadores e Voluntários diretamente subordinadas as Coordenações, dependendo da área que cada um irá atuar.

4.1. Trajetória da Reintegrar

Por volta de 1997, a secretaria da fazenda fez a primeira campanha de notas fiscais. O senhor João Clemente era um auditor da Fazenda que coordenava a campanha.

João Clemente percebendo o volume de recursos resolveu criar um fundo para que fosse distribuído para as associações. Assim nasce o CONFIC – Conselho Filantrópico Cristão. No início a organização era ecumênica, tinha padres e pastores evangélicos. Mas mais tarde se tornou somente de evangélicos. Existiam organizações ligadas ao CONFIC como Visão Mundial, Desafio Jovem e Jocum.

Foi feita uma pesquisa preliminar levantando o perfil de crianças nas ruas de Fortaleza em situação de risco e viu-se a necessidade de se criar um projeto voltado para essa área. Então, foi criado (por João Clemente e Francisco Walter) um programa de proteção à criança (criança de rua) cujo objetivo era resgatar as crianças de rua. Nascendo assim o Reintegrar.

No início, abriram-se então 10 núcleos do Projeto Reintegrar. Posteriormente, alguns núcleos fecharam, restando somente os núcleos que funcionavam na Igreja Batista Peniel de Fortaleza. No Rondon, no Pirambu e Álvaro Weyne.

Com o relançamento do Projeto e realização de um Show Gospel Beneficente com cantora Mara Maravilha em apoio ao trabalho do Projeto Reintegrar, surgiu a campanha de apadrinhamento. A Igreja Batista Peniel possuía a maioria dos padrinhos. O recurso era destinado para pagamento de professores e alimentação para os integrantes do projeto.

O Reintegrar se desliga da CONFIC, cria seu próprio estatuto e se qualifica como OSCIP, tendo um único núcleo, São Cristovão – ligado a Igreja Batista Peniel de Fortaleza, filial do São Cristovão na época.

Como a Compassion é uma organização que estimula a igreja a trabalhar o social, ela entra em parceria com a Igreja Batista Peniel do São Cristovão apoiando o Reintegrar. E logo após, o Reintegrar passa por uma consultoria prestada pela ONG Betsaida de 1 (um) ano para estruturação organizacional com implantação de um planejamento estratégico na organização.

- **Linha do Tempo**

Segue-se os principais marcos no tempo que evidenciam as ações da ONG Reintegrar.

1996: Fundado o Conselho Filantrópico Cristão, uma iniciativa conjunta da sociedade civil organizada (igrejas, ONGs e poder público estadual) para criação do Projeto Reintegrar.

1997: Realiza-se uma pesquisa com cerca de 5.000 crianças com o objetivo de descobrir as causas que envolvem a questão da criança na rua. A proposta seria a reintegração destas através da ação vocacional das Igrejas Cristãs, aproveitando-se dos seus espaços ociosos nos horários disponíveis. Cerca de 10 núcleos do Projeto Reintegrar são abertos em parceria com algumas igrejas em Fortaleza.

1998: Reestruturação do Conselho Filantrópico Cristão (CONFIC) onde a partir da análise de resultados do trabalho realizado até então, alguns núcleos foram desligados e implantados os núcleos do Pirambu e Álvaro Weyne. Qualificação de toda a equipe interna em Desenvolvimento Comunitário e Educação por Princípios.

1999: Realização de um Show Gospel Beneficente com cantora Mara Maravilha em apoio ao trabalho do Projeto Reintegrar.

2004: Inicia-se o processo de desligamento entre o Projeto Reintegrar e o Conselho Filantrópico Cristão, onde o Projeto torna-se uma instituição com titularidade de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), passando a chamar-se apenas Reintegrar.

2005: O Reintegrar nasce na comunidade no Conjunto São Cristóvão, com 40 (quarenta) crianças sendo beneficiadas nas áreas da educação, saúde e fortalecimento familiar. No mesmo ano dá-se início as parcerias com a comunidade São Cristóvão, através de um articulador comunitário, conhecido da comunidade e escolhido para fazer parte do Reintegrar.

2008: Efetiva-se uma parceria com a instituição internacional Compassion e o número de crianças e adolescentes beneficiados pelo Reintegrar passa de 40 para 120 (cento e vinte). Inicia-se o processo de reestruturação da sua identidade e de fortalecimento institucional, objetivando a expansão de suas atividades para contribuir com o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.

2009: Reforma do Programa Reintegrar com desenvolvimento de quatro Projetos: reLeitura (Educativo), reBrincar (Esportes), rePercussão (Arte e Cultura), reCurso (Geração de Renda).

2010: O número de crianças atendidas passa para 150.

2011: Implantação e ampliação dos projetos desenvolvidos com a inclusão de mais 50 crianças. Somando no total 180 crianças.⁹

⁹ As 20 crianças restantes foram desligadas do programa por faltarem demais às atividades.

4.2. Programa de Projetos Desenvolvidos

Os programas a seguir foram criados para serem desenvolvidos com as crianças que participam da Reintegrar.



Visa fomentar e desenvolver na criança e adolescente o interesse e autonomia nas suas práticas educacionais, bem como contribuir para a inserção do jovem em instituições de ensino superior, através de oficinas de leitura e escrita, pensamento lógico, habilidades de estudar, acompanhamento psicossocial e preparação pré-universitária.



Visa promover para a criança, adolescente e jovem um espaço de investigação, criação, comunicação e educação através das artes cênicas, expressão corporal e cultura digital.



Visa fomentar, fortalecer e valorizar na região, iniciativas econômicas solidárias já existentes e estimular a criação de outras, objetivando com essas ações contribuir para a diminuição das desigualdades sociais.



Visa promover à criança e ao adolescente o desenvolvimento físico-psicossocial, através das práticas desportivas agregando valores e princípios, sem perder de vista o prazer das brincadeiras com o intuito de resgatar e incentivar uma infância saudável.

4.3. Parcerias da Reintegrar

O Reintegrar enxerga os parceiros em geral como fonte de crescimento para o alcance da sustentabilidade institucional.






Pessoa Física: 103 parceiros que contribuem mensalmente com doações financeiras pagando boleto bancário que variam desde R\$ 15,00 a R\$ 150,00. Os parceiros (pessoa física) contribuem também em forma de prestação de serviços com formações específicas em áreas distintas. Como por exemplo, no segundo semestre do ano de 2010 as crianças e adolescentes receberam de voluntários: oficinas de artesanatos, leitura, escrita e musica, que resultou em ganhos de conhecimento para as crianças, além dos produtos que foram produzidos e posteriormente comercializados.

Governo: aconteceram-se das seguintes formas:

- Secretaria de Cultura com trabalho de teatro gerando a peça Blaus e Vlaus, projeto desenvolvido no ano de 2010;
- Campanha Nossa Nota (SEFAZ e Secretaria de Ação Social), que perdura até hoje.

Empresa Privada: Fortes informática, Siker moda esportiva, Mauy, Jtributario, Superzon, Coelce, Ótica Gospel, Amevest e ÍtEla Contabilidade. A maioria dos parceiros privados não colabora financeiramente e sim prestam serviços a instituição.

	<p>Empresa pertencente ao Grupo Fortes de Serviços, atua na área de tecnologia da informação, desenvolvendo soluções em software nas áreas contábil, administrativo-financeira, gestão empresarial e recursos humanos. Disponibiliza programa contábil gratuito para a ONG.</p>
	<p>Empresa que confecciona e vende roupas de moda esportiva. Patrocina o projeto de esporte da ONG doando matérias esportivos tais como: bolas, redes, material para treinamento.</p>
	<p>Empresa de moda feminina. Doa R\$ 130,00 e mantém parceria com arrecadação de notas fiscais.</p>
<p>Jtributario</p>	<p>Empresa de consultoria jurídica e contábil. Paga R\$ 100,00 pelo selo social da ONG e arrecada notas fiscais.</p>

	<p>Empresa que vende purificadores de água. Compra selos esporadicamente (valor unitário R\$ 0,15).</p>
	<p>Fornecedora de energia. Auxilia na elaboração de projetos e financia um projeto de geração de renda no valor total R\$ 29.000,00.</p>
	<p>Empresa de produtos ópticos. Doa mensalmente um valor conforme lucro mensal (primícia¹⁰).</p>
	<p>Empresa que vende roupas em geral. Doa 1% do faturamento mensal da empresa.</p>
	<p>Empresa de serviços contábeis. Presta serviços contábeis gratuitamente a ONG.</p>

Mensalmente ou sempre que solicitado a ONG envia informativos com as ações desenvolvidas para essas empresas.

4.4. ONG Financiadora da Reintegrar



Como já foi dito, a Compassion International é uma organização evangélica interdenominacional, sem fins lucrativos, cujo objetivo é ajudar crianças em situação de risco ao redor do mundo. Atua em 24 países e trabalha em parceria com igrejas evangélicas. No Brasil, tem beneficiado cerca de 37 mil crianças em 5 estados: Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro.

Sendo, desde 2008, parceiro da na época denominada Igreja Batista Peniel do São Cristovão financiando o Reintegrar. Ela investe financeiramente com o apadrinhamento de aproximadamente 150 crianças da ONG.

Para que a Compassion contribua com a organização evangélica a mesma tem que cumprir alguns requisitos durante essa parceria. Que são as seguintes:

- **A Carta ao Padrinho:** são cartas escritas pelas crianças ao seu padrinho da Compassion, elas são enviadas trimestralmente e as crianças são livres para escreverem o que quiserem.

¹⁰ Significa primeiros frutos, termo utilizado pelos cristãos com base na passagem da bíblia no livro de Provérbios capítulo 3 versículo 9 que diz: “Honra ao Senhor com a tua fazenda, e com as primícias de toda a tua renda[...].” (BÍBLIA, 1999, p. 571)

- **O Relatório Financeiro:** é o relatório financeiro e do desenvolvimento das atividades planejadas do ano, é enviado mensalmente. Uma reunião anual é realizada com Compassion e Reintegrar para planejamento das atividades que serão desenvolvidas durante o ano e suas devidas áreas de atuação.

A Compassion trabalha com o desenvolvimento de quatro áreas na vida da criança, que são elas:

- **Espiritual:** desenvolve atividades que orientam crianças e adolescentes no conhecimento e entendimento da Bíblia, na compreensão do amor de Deus e sobre a obra redentora de Jesus como Salvador e Senhor. O educando será desenvolvido na prática das disciplinas espirituais (oração, estudo da Bíblia, adoração e serviço), demonstrando seu compromisso com o senhorio de Cristo.
- **Cognitiva:** desenvolve o intelectual da criança e do adolescente com atividades em que desenvolvam e exercitem suas habilidades mentais. Aplicando oficinas de estimulação nas áreas de leitura, gramática, matemática, línguas.
- **Socioemocional:** oferecem um ambiente favorável e atividades sistematizadas para que crianças e adolescentes aprendam a expressar seus sentimentos de maneira apropriada, desenvolvendo o domínio próprio e a habilidade de interagir com os outros de modo saudável e compassivo, conhecendo a si mesmos, aos outros e a criação. Em oficinas de arte, artesanato, teatro (dependendo do tema).
- **Física:** oferece alimentação balanceada e atividades físicas, isto é, a criança e o adolescente aprendem na prática a optar por bons hábitos de saúde.

Estas atividades são incorporadas para todas as crianças incluindo as que não são apadrinhadas pela Compassion, a diferença está somente em quem financia cada criança, sua rotina dentro da Reintegrar é a mesma para todas.

Para a ONG Reintegrar, os trabalhos realizados com as crianças se dá de maneira mais simplificada, já que não se faz diferencial entre crianças apadrinhadas pela Compassion e as que não são. Havendo uma uniformidade nos padrões desta.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a analisar as parcerias que uma ONG adquire em prol de seu sustento no mercado e para a realização do propósito para o qual foi criado. As complexas relações que se cria com tais parcerias e suas influências para a organização. Nesta forma os seus relacionamentos também se dão de formas diversificadas, gerando grandes conflitos, competitividade, crescimento e/ou desenvolvimento no decorrer de cada relação. E neste trabalho percebeu-se que o contexto em que nasceram as ONGs é o de luta pela democracia e que as práticas sociais destas instituições surgiram junto com a prática política, mas esse fato desenvolveu-se de maneira espontânea sem pretensões maiores, porém neste processo elas cumpriram um importante papel social no Brasil.

Nesta monografia, a importância das influências das parcerias para o crescimento das ONGs, devido a importância daquelas para o crescimento destas. Dito isto, no relato do Reintegrar viu-se que esta organização ao longo dos anos diminui suas ações, mas melhorou qualitativamente o atendimento de suas demandas, principalmente em contato com outras ONGs (como foi a intervenção da Missão Betsaida) e também pelo início da parceria com a agência internacional Compassion.

O Reintegrar é um exemplo emblemático para mostrar como parte das OSCIPs nasceu: da idéia de caridade e filantropia de alguns atores sociais realizadas dispersamente à organização administrativa no modelo empresarial.

Concluí-se que esta parcela do Terceiro Setor, as ONGs, possuem estratégias diversas – parceria com empresa privada, agência internacional, Estado, doação de pessoa física - para o seu desenvolvimento como organização e sua sobrevivência financeira. Neste aspecto o objetivo da pesquisa foi atingido ao evidenciar o inter-relacionamento de duas ONGs. A atualização das identidades de cada uma das ONGs e os compromissos com os parceiros, neste processo, também nas suas respectivas decisões enquanto organizações. Então, estas parcerias não são somente uma via de mão dupla, mas podem ter variadas mãos. Formando uma grande rede de relacionamento, da qual o Reintegrar faz parte.

“O mundo é constituído por uma complexa rede, formada por continentes, países, regimes de governo, empresas públicas, privadas, ONGs, entidades das suas mais variadas formas, gestão, dimensão e especialização.” (ARAÚJO, 2004, não paginada)¹¹

¹¹ Artigo sobre As Redes de Relacionamentos retido do site do Jornal do Comercio: <http://www2.uol.com.br/JC/sites/deloitte/artigos/a86.htm>.

Segundo Falconer (1999) as ONGs, um importante componente do terceiro setor do Brasil, foram as primeiras organizações a se organizarem e apresentarem seus projetos comuns à sociedade nacional. Estes valores representavam uma negação ao assistencialismo e uma afirmação da promoção da defesa de direitos.

Como visto no primeiro capítulo, a identidade institucional destas organizações foi desde o começo difuso e sempre existiu uma crise existencial por conta disso. Mas com o passar do tempo às organizações foram crescendo em número e qualidade, e se institucionalizaram de maneira tal que sua força logística e organizacional se equipara atualmente ao poder das instituições privadas e dos governos. Por isso que atualmente as organizações do terceiro setor, sobrevivendo ao mercado, necessitam cada dia mais de organizarem suas ações a nível logístico. E as suas parcerias influenciaram neste processo.

Ao analisar as relações entre ONGs e seus parceiros institucionais significa compreender os conceitos que envolvem esta parceria, como o conceito de colaboração, cooperação e coordenação. Portanto, o termo parceria pode ser visto de diversas formas por diferentes atores. (TEODÓSIO; CKAGNAZAROFF e SOUZA, 2004).

REFERÊNCIAS

ABONG. Abong: organizações em defesa dos direitos e bens comuns. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.abong.org.br/quem_somos.php>. Acesso em: 08 maio 2012.

_____. Abong: organizações em defesa dos direitos e bens comuns. **ONGs no Brasil**. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/ongs.php>>. Acesso em: 08 maio 2012.

ABRAHÃO, Jorge. **Marco regulatório para as ONGs**. Instituto Carbono Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.institutocarbonobrasil.org.br/artigos/noticia=729509>>. Acesso em: 15 maio 2012.

ARAÚJO, Larissa. **As redes de relacionamentos**. Jornal do Comercio. Deloitte, 2004. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/JC/sites/deloitte/artigos/a86.htm>>. Acesso em: 12 junho 2012.

ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS e MCKINSEY & COMPANY, INC. **Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos de negócio para organizações sociais**. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2001.

BRASIL. Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

_____. LEI nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 mar. 1999b.

_____. **Novo Código Civil**. Brasília: Senado Federal Senador Inácio Arruda PCdoB – CE, 2007.

BANCO MUNDIAL. Banco Mundial: trabalhando por um mundo livre da pobreza. **Home**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>>. Acesso em: 12 junho 2012.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de referência Thompson**. São Paulo: Editora Vida, 1999.

BRANT, Leonardo. **Terceiro setor terá novo marco regulatório e fundo de financiamento**. Cultura e Mercado, 2012. Disponível em: <<http://www.culturaemercado.com.br/noticias/terceiro-setor-tera-novo-marco-regulatorio-e-fundo-de-financiamento/>>. Acesso em: 15 maio 2012.

BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas até a bomba atômica, o drama da raça humana**. 20. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

CARE. Care. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.care.org/about/index.asp>>. Acesso em: 12 junho 2012.

CARRION, Rosinha Machado. **Organizações privadas sem fins lucrativos:** a participação do mercado no terceiro setor. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, 12(2): 237-255, novembro de 2000. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21688/000296490.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 maio 2012.

CASTRO, Daniel Rodrigues de. **Organizações não governamentais:** parceiras do poder público? 2004. Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado, Universidade Federal de Ceará, Fortaleza, 2004.

CATARDO, Elaine. **Terceiro setor e governo:** A máquina social. *Responsabilidade Social*, 2004. Disponível em: <http://www.responsabilidadesocial.com/article/article_view.php?id=276>. Acesso em: 29 maio 2012.

CICCA, Ingrid. **Saiba como captar recursos para sua ONG.** Guia-me, 2005. Disponível em: <<http://www.guiame.com.br/noticias/gospel/missoes/saiba-como-captar-recursos-para-sua-ong.html>>. Acesso em: 27 maio 2012.

CICONELLO, Alexandre; LARROUDÉ, Elisa Rodrigues Alves. **O que é uma ONG?** ONG Anjos da Guarda: ajudando quem ajuda, 2012. Disponível em: <http://www.onganjosdaguarda.org.br/pg_mont_ong.php>. Acesso em: 11 maio 2012.

CIDA. Canadian International Development Agency. **Sobre CIDA.** Disponível em: <<http://www.acdi-cida.gc.ca/acdi-cida/acdi-cida.nsf/eng/NIC-5313423-N2A>>. Acesso em: 12 junho 2012.

CIDADE, Pawlo. **ONG's terão novo marco regulatório e fundo de financiamento.** Comunidade Tia Marita: Nós não damos o peixe. Ensina-mos a pescar, 2008. Disponível em: <<http://comunidadetiamarita.blogspot.com.br/2012/04/ongs-terao-novo-marco-regulatorio-e.html>>. Acesso em: 15 maio 2012.

COMPASSION. Libertando crianças da pobreza Compassion em nome de Jesus. **Nossa história.** Disponível em: <<http://www.compassion.org.br/historia.htm>>. Acesso em: 30 maio 2012.

CONTRERAS, Fernando Kuschnaroff. **Fontes de financiamento: o dilema das ONGs.** Administradores.com: o portal da administração, 2009. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/fontes-de-financiamento-o-dilema-das-ongs/35878/>>. Acesso em: 01 junho 2012.

DANZIATO, Octávio de Carvalho Martin. **ONG's e a prática social com adolescentes:** demarcações históricas e discursivas. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 1998.

DURÃO, Jorge Eduardo Saavedra. **As perspectivas de parceria com instituições de cooperação internacional para as ONGs Brasileiras:** um olhar conjuntural. Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo_temp/10_Demo.doc>. Acesso em: 01 junho 2012.

ERKEYS, Paulo. **O que é uma ONG?** Paulo Erkeys Consultoria para Terceiro Setor, 2009. Disponível em: <http://www.berverone.com.br/setor3/index.php?option=com_content&view=article&id=64:o-que-e-uma-ong&catid=31:ong&Itemid=41>. Acesso em: 08 out. 2010.

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor:** Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão. Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor, Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/andres_falconer.pdf>. Acesso em: 01 junho 2012.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém Público:** o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FERRAREZI, Elisabete; REZENDE, Valéria. **OSCIP — Organização da sociedade civil de interesse público:** a lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor. 2. ed. Brasília: Comunidade Solidária, 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/261683/CARTILHA-SEGUNDA-EDICAO>>. Acesso em: 06 set. 2011.

FRANCO, Augusto de. **As ONG's e a (nova) parceria.** Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças, 1994. Disponível em: <www.abdl.org.br/.../37/texto%20Augusto%20de%20Franco.doc>. Acesso em: 08 out. 2010.

GIFE. GIFE: pelo impacto do investimento social. **Histórico.** Disponível em: <http://www.gife.org.br/ogife_historico.asp>. Acesso em: 08 maio 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente. **Fontes de cooperação internacional.** Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/fontesdecooperacao/internacional/gtz.pdf>>. Acesso em: 12 junho 2012.

GREENPEACE. Greenpeace. **Sobre Nós.** Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/en/about/how-is-greenpeace-structured/>>. Acesso em : 12 junho 2012.

HADDAD, Sergio. **ONG's e universidades:** Desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2002.

IAF. IAF: International Accreditation Forum. **Quem somos.** Disponível em: <http://www.iaf.nu/articles/About_Us/2>. Acesso em: 12 junho 2012.

INSTITUO JUNTOS. Instituto juntos, 2011. **Selo social:** “Empresa amiga do social.” Disponível em: <<http://www.institutojuntos.org.br/institucional/selo-social-ij/>>. Acesso em: 12 junho 2012.

KANITZ, Stephen. **O que é o terceiro setor?** Filantropia.org: ajudando quem quer ajudar, 2012. Disponível em: <<http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm>>. Acesso em: 11 maio 2012.

KLEIN, Fabrício; SILVA, Fábio Jardim da; SIQUEIRA, Edí Cristiano. **Manual MAIS para o terceiro setor.** Movimento de Ação e Integração Social: Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.maisong.org.br>>. Acesso em: 06 set. 2011.

KUSER, Heitor. **Parcerias com OSCIPS: não é tudo que é permitido.** II Congresso Consad de Gestão Pública – Painel 45: Parcerias com a sociedade: a experiência das OS e OSCIP: Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Painel_45_Heitor_Kuser_formatado.pdf>. Acesso em: 11 maio 2012.

LEANDRO, Evelyne. **Parcerias entre ONG's e empresas.** Evelyne Leandro Consultoria e Projetos, 2009. Disponível em: <<http://evelyneleandro.wordpress.com/2009/01/15/parcerias-entre-ongs-e-empresas/>>. Acesso em: 08 out. 2010.

LOURENÇO, Alex Guimarães e SCHRODER, Débora de Souza. **Vale investir em responsabilidade social empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas.** Em Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. (Vol. 2, pp. 77-119). São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos, 2003. Disponível em: <http://ethos.org.br/_Uniethos/Documents/VALE%20INVESTIR%20EM%20RESPONSABILIDADE%20SOCIAL%20EMPRESARIAL%20_.pdf>. Acesso em: 01 junho 2012.

LOSEKANN, Silvana. **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – conceituação e qualificação como pilar para gestão pública.** Defender, 2011. Disponível em: <<http://www.defender.org.br/organizacao-da-sociedade-civil-de-interesse-publico-oscip-conceituacao-e-qualificacao-como-pilar-para-gestao-publica/>>. Acesso em: 11 maio 2012.

MACIEL, Maria Zeneide Nunes. **ONG: uma história de vida solidária.** 2006. Monografia (Especialização em Gestão Solidária para Organizações Sociais) – Libertas Consultoria e Treinamento, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <<http://libertas.com.br/site/base/maciell,.maria.zeneide.2006.pdf>>. Acesso em: 02 abril 2012.

MONEZI, Mariangela. **Sociedade cooperativa e o Novo Código Civil.** Artigos Jurídicos, 2004. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/artigos/2004/mariangelamonezi/sociedadecooperativa.htm>>. Acesso em: 16 maio 2012.

NETTO, Artur Feijó. **Reorganização das entidades do terceiro setor após o advento da Lei nº 9.790/99.** 2004. Monografia (Grau de Bacharel em Direito) – Centro de Educação Superior – CES VII, Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, São José, 2004. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Artur%20Netto.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2012.

OLIVEIRA, Anna Cyntia *et al.* **Terceiro setor: uma agenda para reformar do marco legal.** Rio de Janeiro: Editora Comunidade Solidária, 1997.

OXFAM. Oxfam International. **Sobre nós.** Disponível em: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.oxfam.org/&sa=X&ei=JDPhT_eEO4qg8gSs8ZSiDQ&sqi=2&ved=0CGcQ7gEwAA&prev=/search%3Fq%3Doxfam%26hl%3Dpt-BR%26biw%3D1366%26bih%3D653%26prmd%3Dimvnsl>. Acesso em: 12 junho 2012.

PESSOA, Gerisval Alves. **Existe relação de poder nas parcerias entre ONG's e empresas privadas?** Administradores.com: o portal da administração, 2005. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/existe-relacao-de-poder-nas-arcerias-entre-ongs-e-empresas-privadas/11462/>>. Acesso em: 08 out. 2010.

REINTEGRAR. Reintegrar: Criança é o nosso melhor presente! **Nossa história.** Disponível em: <<http://www.reintegrar.org.br/nossa-historia>>. Acesso em: 07 março 2012.

_____. Reintegrar: Criança é o nosso melhor presente! **Institucional**. Disponível em: <<http://www.reintegrar.org.br/institucional>>. Acesso em: 07 março 2012.

_____. Reintegrar: Criança é o nosso melhor presente! **Projetos**. Disponível em: <<http://www.reintegrar.org.br/projetos>>. Acesso em: 07 março 2012.

_____. Reintegrar: Criança é o nosso melhor presente! **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.reintegrar.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 07 março 2012.

_____. Reintegrar: Criança é o nosso melhor presente! **Fotos**. Disponível em: <<http://www.reintegrar.org.br/fotos>>. Acesso em: 07 março 2012.

SÁ, Gustavo Bezerra. **ONG's: Estudo exploratório sobre características e formas de ação**. 2003. Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado, Universidade Federal de Ceará, Fortaleza, 2003.

SAVE THE CHILDREN. Save the Children. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.savethechildren.net/about-us/>>. Acesso em: 12 junho 2012.

SPEAK, Ann; MCBRIDE, Boyd e SHIPLEY, Ken. **Captção de recursos: da teoria à prática**. Material baseado em oficinas de Desenvolvimento e Captção de Recursos do Projeto Gets - United Way do Canadá: São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.sosma.org.br/files/pFiles/6.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2012.

TEODÓSIO, Armino dos Santos de Sousa; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck e SOUZA, Maria Tereza Costa Guimarães e. **Tudo ao mesmo tempo agora?: parcerias, conflitos e cooptações nas interações entre Estado e ONGs no Brasil**. Trabalho Científico Terceiro Setor, Artigo. VII SEMEAD. 2004. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Terceiro%20Setor/TS10_Tudo_ao_mesmo_tempo_agora.PDF>. Acesso em: 30 maio 2012.

TIISEL, Danilo Brandani (coord.). **Captção de recursos para o terceiro setor: Aspectos Jurídicos**. OAB-SP Comissão de Direito do Terceiro Setor, 2007. Disponível em: <<http://www.cartilhasecia.com.br/cartilhas/0106-captacaoderecursos.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2012.

UNICEF. Unicef. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/overview.html>>. Acesso em: 12 junho 2012.

USAID. USAID: from the american people. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.usaid.gov/who-we-are>>. Acesso em: 12 junho 2012.

VIER, Suzana. **Governo federal promete simplificar prestação de contas e aumentar controle sobre ONGs**. Rede Brasil Atual, 2012. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/2012/03/governo-federal-promete-simplificar-prestacao-de-contas-aumentar-controle-e-criar-fundo-de-apoio-a-ongs>>. Acesso em: 15 maio 2012.

VISÃO MUNDIAL. Visão Mundial. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.visaomundial.org.br/conteudos/view/quem-somos.html>>. Acesso em: 12 junho 2012.

APÊNDICE

Questionário de Entrevista

1. Nome da instituição? (razão social e fantasia)
2. Data de fundação? Quem fundou? Qual era o propósito inicial?
3. História da empresa com datas que marcaram a instituição.
4. Atualmente, como se organiza?
5. Possui missão, visão, valores, políticas e planos de ação? Quais?
6. Possui organograma? Pode disponibilizar?
7. Público alvo? Programas desenvolvidos? Descreva.
8. Suas áreas de atuação? Endereços das áreas de atuação?
9. Resultados obtidos até agora?
10. Quais os parceiros da instituição? Descreva.
11. Qual a contribuição de cada parceiro para a instituição?
12. Existe algum tipo de prestação de contas com seus parceiros? Descreva.
13. Qual a visão que a instituição tem de seus parceiros, o que espera deles? Existem condições para a parceria? Quais? Pretende ampliar as parcerias? Como?
14. Os parceiros só contribuem de maneira material ou alguma empresa presta ajuda no campo intelectual (de forma direta)? Descreva.
15. O contato com os seus parceiros trás algum tipo de contribuição ou influencia para a organização da estrutura da instituição? (exemplo: algum parceiro influenciou no desenvolvimento de sua missão, visão, valores, políticas e planos de ação) Descreva essa relação.